

BIOECONOMIA AMAZÔNICA: O QUE É? PARA QUÊ? E PARA QUEM?

Data de aceite: 02/07/2024

Michele Lins Aracaty e Silva

JUSTIFICATIVA

A bioeconomia tem sido apontada como um modelo de exploração econômica homogeneizador produzido a partir de moldes daquilo que foi implementado para a indústria oferecendo soluções sustentáveis para uma relação mais harmônica entre o progresso econômico e o meio ambiente. Porém, a aplicação desta sistemática no Brasil esbarra na complexidade e diversidade existente nos biomas e ecossistemas terrestres. No caso, da Amazônia as propostas tendo como base a bioeconomia devem ser complementares e emergirem a partir de tecnologias sociais embasadas em modelos de desenvolvimento regional endógenos para que possamos conciliar desenvolvimento socioeconômico com preservação ambiental. Neste contexto, o objetivo desta sessão organizada é oferecer um espaço para a reflexão acerca da proposta do modelo bioeconômico para

a Amazônia e evidenciar formas contra-hegemônicas de bioeconomia (s) que estão sendo desenvolvidas pelas diversas comunidades amazônicas analisando como este se beneficiará quem realmente vive da exploração sustentável dos produtos da floresta e contribuirá para a manutenção da floresta em pé. Ademais, como podemos fazer o melhor uso deste modelo (conceito) para reduzir o abismo regional de forma a melhorar os indicadores de vulnerabilidade socioeconômicos. Para tanto, qualquer proposta de modelo de desenvolvimento para a Amazônia deve garantir a defesa dos territórios, a valorização de seus saberes tradicionais, e a promoção de arranjos produtivos que garantam a proatividade coletiva da população que vive da exploração econômica e sustentável da floresta além de contribuir para a redução da exploração irracional dos recursos e para o desmatamento ilegal.

AMAZON BIOECONOMY: WHAT IS IT? FOR WHAT? AND FOR WHOM?

JUSTIFICATION

The bioeconomy has been identified as a model of homogenizing economic exploration produced based on what has been implemented for the industry, offering sustainable solutions for a more harmonious relationship between economic progress and the environment. However, the application of this system in Brazil comes up against the complexity and diversity existing in terrestrial biomes and ecosystems. In the case of the Amazon, proposals based on bioeconomy must be complementary and emerge from social technologies based on endogenous regional development models so that we can reconcile socioeconomic development with environmental preservation. In this context, the objective of this organized session is to offer a space for reflection on the proposed bioeconomic model for the Amazon and to highlight counter-hegemonic forms of bioeconomy(ies) that are being developed by the various Amazonian communities, analyzing how this will benefit those who really lives from the sustainable exploitation of forest products and will contribute to keeping the forest standing. Furthermore, how can we make the best use of this model (concept) to reduce the regional gap in order to improve socioeconomic vulnerability indicators. To this end, any proposed development model for the Amazon must guarantee the defense of territories, the valorization of their traditional knowledge, and the promotion of productive arrangements that guarantee the collective proactivity of the population that lives from the economic and sustainable exploitation of the forest, in addition to contribute to reducing the irrational exploitation of resources and illegal deforestation.

RESUMO EXPANDIDO

Modelo de Ocupação na Amazônia: Desenvolvimento Exógeno x Endógeno

INTRODUÇÃO

Historicamente, a Amazônia brasileira foi palco de projetos de integração regional que buscavam a ligação desta com o restante do país bem como atender a necessidade de manter a soberania nacional. As alternativas implementadas tinham caráter exógeno e foram embasadas na perspectiva desenvolvimentista/ progressista inviabilizando o desenvolvimento endógeno, com valorização das potencialidades e peculiaridades regionais. Para tanto, objetivamos neste primeiro momento, apresentar as principais características do modelo de desenvolvimento regional exógeno implementado na Amazônia e uma breve discussão acerca do modelo de desenvolvimento regional endógeno que figura como o mais adequado pois leva em consideração as peculiaridades regionais e possibilita a conservação ambiental.

Caminhos da ocupação regional: modelo de desenvolvimento regional exógeno

No decorrer do século XX, o caminho encontrado para a Amazônia, em termos de ocupação regional baseou-se numa visão externa ao território, afirmando a soberania nacional, privilegiando as relações com o poder central, ou seja, um modelo exógeno. Essa característica é mais facilmente associada ao aspecto desenvolvimentista/progressista, que vigorou durante o regime militar na década de 1960 e que ainda predomina da região (Becker, 2001, p. 136).

Para Becker (2007), a maior fragilidade do modelo desenvolvimentista/ progressista é o fato dele ser mostrado como integrador, associado aos objetivos de crescimento econômico nacional que nunca teriam se completado. Como consequência, se focou somente nas regiões que poderiam desempenhar um importante papel nas redes da economia nacional e internacional não alcançando as demais regiões e municípios distantes do grande centro urbano.

Para Monteiro Neto *et al.*, (2017), as políticas que objetivavam reduzir a pobreza generalizada acabaram por causar cada vez mais impactos regionais, tais como: desigualdade socioeconômica, concentração da renda e riqueza bem como o favorecimento de grandes projetos beneficiados por subsídios e incentivos fiscais transferindo a responsabilidade para os governos subnacionais que sofrem com as limitações de implementação e falta de estratégia de crescimento.

Portugal (2017) evidencia relevantes limitações regionais: uma delas, se refere à falta de prioridade conferida à política regional na Amazônia. A outra seria a deficiência na articulação entre as instituições governamentais responsáveis por sua execução no âmbito da Região. Ambas, segundo o autor, contribuem para aprofundar os impactos socioambientais no território reduzindo as oportunidades econômicas e opções de desenvolvimento.

Como vimos, o modelo exógeno implementado deixou marcas na estrutura produtiva e frustrou a implementação de um modelo o qual valorizasse as potencialidades regionais e que contribuísse para induzir a economia regional. A seguir, faremos uma breve apresentação das principais características do Modelo de Desenvolvimento Regional Endógeno.

Modelo de Desenvolvimento Regional Endógeno

De acordo com Federwisch e Zoller (1986), o debate acerca do desenvolvimento regional local endógeno divide-se em duas tendências: uma de natureza indutiva (mais descritivos e que partem de estudos específicos e peculiares) e outra considerada dedutiva (partem de postulados gerais e tem como base a dinâmica das organizações territoriais descentralizadas).

De acordo com Amaral Filho (1996, p.8), a teoria do desenvolvimento regional endógeno nasce na década de 1980 a partir de duas hipóteses: é fruto de pressão exercida pelos dados empíricos relacionados ao desenvolvimento das nações; ou que tenha surgido a partir de ideias e preocupações antigas levantadas pelos clássicos, neoclássicos e heterodoxos (neomarxistas, neo-schumpeterianos, regulacionistas, evolucionistas e institucionalistas).

Acerca dos autores clássicos que exerceram influências sobre a nova teoria do crescimento, destacamos Smith (1983), que associa “economia social a rendimentos crescentes” ou “noções de aprendizagem e economias de escala dinâmicas”. Do lado dos neoclássicos, temos Marshall (1982), princípios de economia, que associa “economias ou deseconomias externas aos rendimentos crescentes ou decrescentes”, concentrando sua análise nas organizações, na educação, na saúde, e no conhecimento sobre o aumento da eficiência do sistema produtivo e aumento da riqueza. Schumpeter (1982), de uma forma mais dinâmica analisa o papel das inovações no desenvolvimento econômico, em uma perspectiva virtuosa de destruição criadora (Amaral Filho, 1996, p. 9).

Os economistas neoclássicos ou novos clássicos passam a reconhecer a superioridade do conceito de rendimentos crescentes e que são provocados por outros fatores de produção (além dos tradicionais fatores de capital físico e força de trabalho). Relata-se que antes eram considerados exógenos na determinação do crescimento e que passaram a serem aceitos pela ortodoxia como fatores endógenos, são eles: capital humano, as instituições, a pesquisa e desenvolvimento, o conhecimento e a informação.

Portanto, a tese consensual decorrente é que: “se um país, região ou local que dispõem desses fatores podem elevar com maior facilidade o valor agregado da produção, a produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição de renda”. Ainda para o autor, é neste ponto que reside a contribuição da teoria do crescimento endógeno para a teoria e as políticas de desenvolvimento regional, em especial, no que se refere à criação de externalidades e bens coletivos (1996, p.10-11).

O desenvolvimento endógeno deve ser entendido, antes de tudo, como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região. Isso deve ser processado no sentido de criar um ambiente ótimo e atrativo para capturar e consolidar um desenvolvimento originalmente local, e/ou permitir a atração e localização de novas atividades econômicas numa perspectiva de uma economia aberta e sustentável. Assim, o desenvolvimento regional endógeno constitui num processo de ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como a capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico implementado na econômica local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões (1996, p.14).

Tal processo, tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido e que vem de

dentro pra fora e de baixo para cima, partindo das potencialidades sociais e econômicas originais a partir dos atores locais e não mais do planejamento centralizado através de organizações sociais regionais (que são relevantes para as decisões dos atores locais) conduzidas pelo estado (Amaral Filho, 1996).

Outro aspecto que vem à tona quando se analisa o perfil e a estrutura produtiva a partir dos atores locais é que os modelo mais exitosos de desenvolvimento endógeno são os constituídos por pequenas empresas e/ ou pequenos empreendimentos. Que por sua vez, são os responsáveis por atividades relevantes dentro das economias externas provocando aglomerações de empresas com fabricação de produtos semelhantes (Garofoli, 1992).

Por sua vez, o autor destaca o grau de autonomia (comercial, tecnológica e financeira) dos sistemas e frisa que é consequência de numerosas inter-relações existentes entre as empresas e os diferentes setores produtivos locais (sendo constituído como meio ou conjunto de fatores histórico-socioculturais que estão sedimentados na comunidade e nas instituições locais (1992).

Dessa forma, o desenvolvimento endógeno, entendido como um desenvolvimento sustentável deverá ter como base: (i) novo papel do Estado federado; (ii) estratégia de desenvolvimento econômico regional ou local, baseada na mobilização de poupança e investimento em formação bruta do capital fixo; e (iii) valorização dos novos fatores de produção. Ainda para o autor, o Estado atuará provendo infraestrutura (energia, comunicações etc.) além de coordenar as políticas fiscal e financeira (Amaral Filho, 1996).

Ao se idealizar um modelo de desenvolvimento regional endógeno local tendo como objeto a Amazônia, torna-se imprescindível que esta proposta seja pautada no desenvolvimento sustentável dada a importância da fauna e flora amazônica bem como dos povos que nela habitam. Portanto, o modelo proposto deve ser pautado na sustentabilidade, na preservação ambiental e com base na floresta em pé.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste item, relata-se o percurso metodológico usado para atingir o objetivo de apresentar as principais características do modelo de desenvolvimento regional exógeno implementado na Amazônia e a proposta de um modelo que leve em consideração as características regionais: modelo de desenvolvimento regional endógeno. Para atingir tal propósito, utilizou-se de método qualitativo, com a finalidade exploratória e descritiva, por meio de pesquisa bibliográfica e documental fazendo uso de observações e análise de conteúdo.

CONCLUSÕES

As tentativas de desenvolver a região Amazônica com base num modelo de desenvolvimento exógeno provocaram externalidades positivas no que tange à economia regional, mas também, impactaram negativamente ao analisarmos a concentração de renda, os problemas urbanos e os piores indicadores de IDH do país.

Uma estratégia para corrigir as distorções seria a indução de um modelo de desenvolvimento complementar que a partir de tecnologias sociais induzisse economicamente os municípios do interior dos estados da Amazônia.

Para esta proposta, levantamos a hipótese da implementação do modelo de desenvolvimento regional endógeno a qual tem potencialidade de harmonizar o crescimento econômico com inclusão social, reduzir as vulnerabilidades sociais, promover a conservação ambiental e tem potencial para beneficiar a população que reside nos municípios do interior da Amazônia reduzindo a insegurança alimentar e possibilitando a conservação da floresta em pé: bioeconomia amazônica.

RESUMO EXPANDIDO

Bioeconomia Amazônica: O que é? Para que? E para quem?

INTRODUÇÃO

A riqueza da biodiversidade amazônica contrasta com as vulnerabilidades socioeconômicas sendo esta última consequência de políticas de desenvolvimento regional exógenas que não levaram em consideração as potencialidades regionais. Como resultado, temos um contexto regional de riqueza a partir da biodiversidade em contraste com os menores indicadores de vulnerabilidade socioeconômica do país. Neste cenário de desafios, surge a Bioeconomia Amazônica como proposta de crescimento econômico sustentável. Para tanto, temos como objetivo levantar os principais desafios da Bioeconomia Amazônica no contexto do desenvolvimento regional.

Bioeconomia: Conceito e Definições

Há uma diversidade de definições do termo Bioeconomia no Brasil e no mundo. A dificuldade de chegar em um consenso global acerca da definição se deve ao fato de que esta tem sua singularidade em cada região do globo dada as especificidades de cada local. A disponibilidade de recursos naturais, a especialização e o desenvolvimento econômico são fatores extremamente relevantes no desenvolvimento da Bioeconomia em um país sem contar a magnitude das possibilidades que são condizentes à quantidade de ecossistemas e modelos socioeconômicos existentes no mundo (CNI, 2020).

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), a Bioeconomia é o conjunto de atividades econômicas relacionadas a produtos e processos biológicos, com inovação tecnológica e contribuição socioeconômica. Ademais, a Comissão Europeia define como sendo a atividade que visa garantir a demanda por alimentos de qualidade, saúde e bem-estar, produtos ecoeficientes e biocombustíveis (CNI, 2020).

Ainda para o CNI, a Bioeconomia vislumbra oportunidades de encontrar soluções na natureza para diversas reações bioquímicas a serem aplicadas na indústria. Em outras palavras, a emulação consciente da genialidade da natureza - estudada pela Biomimética, é vista como aliada de uma bioeconomia sustentável e inovadora.

A União Europeia considera que uma Bioeconomia global deve reconstruir o capital natural e melhorar a qualidade de vida de uma população mundial crescente, ao mesmo tempo em que equilibra o gerenciamento de bens comuns, como ar, água e solo, com as expectativas econômicas das pessoas. Para tanto, seriam necessários três tipos de inovação: tecnológica (como sistemas para reduzir as emissões de carbono), organizacional (como mudanças no comportamento institucional e na legislação) e social (como a criação de empregos) (El-Chichakli *et al.*, 2016).

Adeodato (2020), defende a necessidade de um conceito de Bioeconomia regionalizado que contemple as realidades, especificidades e potencialidades do país. Isso significa ir além dos avanços tecnológicos nos processos químicos, industriais e de engenharia genética – e abranger também os saberes do conhecimento tradicional e do uso sustentável da biodiversidade”.

O estudo da bioeconomia tem se colocado a disposição no que podemos chamar de estudos em desenvolvimento de cadeias, onde especialistas se desdobram para entender as raízes produtivas oriundas sobretudo da Amazônia Legal, de atividades promissoras em geração de emprego e renda (Silva e Rezende, 2022).

De acordo com Becker (2007), os produtos provenientes da biodiversidade amazônica apresentaram substancial crescimento econômico nas duas últimas décadas do século XX, com destaque para os estados do Pará e do Amazonas.

O BID (2021), define Bioeconomia Amazônica doravante denominada de Bioeconomia da Sociobiodiversidade, destacando o fato de ter a conservação da floresta e sua sociobiodiversidade como elementos centrais de existência e desenvolvimento. Refere-se, ainda, à Bioeconomia enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável por meio do manejo florestal e do cultivo em sistemas agroflorestais de produtos do bioma amazônico ou com ele compatíveis.

De acordo com Adeodato (2022, p. 33), parafraseando Minev: assim como nos reinventamos para fornecer vacinas contra a covid-19, devemos nos reinventar para tornar a região o polo de uma nova economia, com soluções baseadas nas maravilhas da Amazônia”, cujo avô, o visionário economista manauara Samuel Benchimol (1923-

2002), já levantava a bandeira do tema. Benchimol, defendia que a região precisava ser financeiramente recompensada pela conservação da floresta – o que hoje significaria ser o centro de uma nova economia.

Becker e Stenner (2008) afirmam que “só precisamos de uma economia; o verde, já temos”. Na década de 1990, ela considerava a região como o “grande desafio brasileiro para o século XXI”. Em sua visão, assim como o Cerrado se tornou grande produtor mundial de alimentos como resultado das pesquisas da Embrapa, o Vale do Paraíba se destacou como referência na indústria aeronáutica em função da Embraer, e polos de São Paulo e outras regiões prosperaram com a mudança de paradigma do Proálcool no campo dos biocombustíveis, igual vigor deveria ser empreendido para a transformação da Amazônia em “A Meca da Bioeconomia” com base na floresta.

Oliveira e Schor (2009), salientam que um dos maiores desafios é de arrumar a casa na gestão pública, porque o meio urbano tem importante papel no desenvolvimento da bioeconomia dentro de quatro princípios: conservação da biodiversidade, diminuição das desigualdades socioterritoriais, incorporação de ciência e tecnologia nas suas mais diversas escalas e expansão das áreas florestadas biodiversas.

Uma nova perspectiva de desenvolvimento no contexto amazônico: a heterogeneidade dos projetos coletivos

A assim chamada Perspectiva Orientada ao Ator (POA) consiste em uma abordagem dos processos sociais, econômicos e culturais que busca romper com as perspectivas teóricas estruturalistas e com o princípio do individualismo metodológico, os quais, segundo Long e Ploeg (1994), estão contaminados por visões deterministas, lineares e externalistas da mudança social. Essas visões não consideram as práticas auto-organizativas daqueles que habitam, experimentam e transformam os contornos e especificidades da paisagem socioecológica.

Long (2001) destaca que, devido ao fato das pessoas serem parte ativa dos processos de desenvolvimento, as formas de intervenção externa, que adentram o mundo sócio-vital dos indivíduos e dos grupos sociais, atravessam certos filtros sociais e culturais e, portanto, são mediadas e transformadas pelas estruturas internas. Corroborando tais críticas e enfatizando a operacionalidade desta perspectiva, o autor afirma que esse enfoque é dinâmico, ao reconhecer a inter-relação e a determinação mútua dos fatores externos e internos.

Nesse sentido, a POA parte do princípio de que os padrões diferenciais que emergem são, em parte, criados pelos próprios atores, os quais não são vistos meramente como categorias sociais, ou, recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas (Long; Ploeg, 1994). Para entender essa dinâmica, faz-se necessário analisar as práticas sociais e discursivas realizadas e interpretadas pelos atores sociais na concepção e reformulação de suas vidas.

Para tanto, essa perspectiva teórica direciona suas análises para a interpretação da evidente diversidade de atores sociais envolvidos, ou seja, formuladores de políticas públicas, investigadores e, especialmente, usuários de recursos naturais comuns, como agricultores, pescadores, coletores, acerca de distintas situações problemáticas, concentrando-se na compreensão de como cenários interacionais em escala micro, ou locais, se entrelaçam com estruturas mais amplas, que envolvem campos de recursos e redes de relações (Long, 2001).

Mais precisamente no que se refere a tais estruturas, essa perspectiva tem como base a desconstrução da noção que vincula estrutura a um conjunto de forças externas ou condições que delineiam e/ou regulam modos específicos de ação compreendidos como requeridos ou necessários. Na compreensão de Long e Ploeg (1994), é necessária a substituição dessa noção pelo entendimento de estrutura como produto da interligação dos projetos específicos de distintos atores sociais. O que implica em dizer que a estrutura não pode ser conceituada simplesmente como agregações de episódios ou situações no nível micro, mas que se refere, antes, a uma resultante da contínua interação, distanciamento e transformação mútua de ações sociais num contexto transescalar (Long; Ploeg, 1994).

Partindo do discernimento de que a vida social é heterogênea, a POA sugere a compreensão de que as situações problemáticas são percebidas de formas diferentes pelos atores sociais, o que os coloca em um dilema sobre como encontrar possíveis estratégias de melhoria para tais situações nas quais variados projetos e realidades estão em disputa (Long; Ploeg, 1994). Nessa compreensão, rejeita-se um conceito homogêneo ou unitário de cultura e, teoricamente, são assumidos os temas de repertórios culturais, heterogeneidade e hibridismo (Long, 2001).

O conceito de repertórios culturais denota a forma em que vários elementos, que compreendem noções de valor, tipos e fragmentos de discursos, organização de ideias, símbolos e procedimentos rituais, são utilizados e recombinados na prática social, quer seja conscientemente ou não. A heterogeneidade sugere a geração e coexistência de múltiplas formas sociais dentro do mesmo contexto, ou mesmo estágio de resolução de problemas, que constroem soluções alternativas para problemas semelhantes. Por sua vez, a hibridação refere-se aos produtos finais mistos, que resultam da combinação de ingredientes e diferentes repertórios culturais e são operacionalizados nas representações e melhorias de situações problemas (Long, 2007).

A Perspectiva Orientada ao Ator parte do pressuposto que distintos atores sociais definem e operacionalizam seus objetivos e práticas relacionadas às formas de interação com a natureza, com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas. Isso faz com que esses desenvolvam, ao longo do tempo, projetos e práticas específicas para a organização de suas atividades no ambiente natural. Esses projetos podem ser entendidos, de certo modo, como respostas a outros projetos formulados, por exemplo, por agências estatais ligadas à operacionalização da legislação ambiental vigente no local (Long, 2001).

Na edificação de tais projetos, os atores lançam mão de estratégias individuais com vistas a alcançar objetivos comuns. Na elaboração desses projetos heterogêneos, as combinações de lógicas de distintos atores sociais lhes conferem a capacidade de gerar hibridações importantes para o fortalecimento de um novo conjunto de práticas sociais mais bem ajustadas às especificidades locais (Long, 2001).

METODOLOGIA DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos deste trabalho possuem abordagem qualitativa por ser uma forma adequada para levantar os principais desafios da Bioeconomia Amazônica no contexto do desenvolvimento regional. Para atingir tal propósito, utilizou-se de método qualitativo, com a finalidade exploratória e descritiva, por meio de pesquisa bibliográfica e documental fazendo uso de observações e análise de conteúdo.

CONCLUSÕES

Tendo como base a discussão apresentada podemos elucidar que a Amazônia possui um potencial econômico gigantesco a partir da exploração sustentável da bioeconomia e da valorização da riqueza oriunda da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais, bem como do conhecimento científico agregado oriundo das instituições de ensino e pesquisa instaladas na região. Portanto, acreditamos que através de uma política pública assertiva seja possível elevar a competitividade da floresta e gerar impactos positivos inovadores.

O atual modelo econômico tendo como foco a Bioeconomia Amazônica ecoa com elevado potencial diante de novas demandas globais que apostam na exploração das riquezas da biodiversidade de forma sustentável para o combate às mudanças climáticas, geração de renda e oportunidades para comunidades tradicionais que sempre exploraram as riquezas da floresta com sustentabilidade.

Como observamos ao longo da discussão, a POA parte do pressuposto que distintos atores sociais definem e operacionalizam seus objetivos e práticas relacionadas às formas de interação com a natureza, com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas. Isso faz com que esses desenvolvam, ao longo do tempo, projetos e práticas específicas para a organização de suas atividades no ambiente natural onde os projetos podem ser entendidos, de certo modo, como respostas a outros projetos formulados, por exemplo, por agências estatais ligadas à operacionalização da legislação ambiental vigente no local.

Precisamos pensar numa proposta que fomente o desenvolvimento sustentável regional, que leve em consideração a identificação e fortalecimento de diferentes cadeias dada a variedade de produtos da floresta bem como induzir a conexão com empreendedores, mercado e todo o ecossistema de inovação de forma a contribuir para o desenvolvimento regional com sustentabilidade e preservação ambiental.

Por fim, necessitamos de uma alternativa para a Amazônica que tenha potencial para gerar emprego, renda, inclusão social e produtiva nas comunidades locais promovendo uma mudança na lógica produtiva atual. Sai de cena a extração predatória dos recursos naturais e dos biomas e entra a valorização da floresta em pé e do que é produzido em cada ecossistema “O futuro do Brasil passa necessariamente pelo futuro da Amazônia”.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, S. Manaus de frente pra floresta. 1 ed. 2022. Disponível em: https://pagina22.com.br/manaus-de-frente-para-floresta/wp-content/uploads/2022/05/Manaus_de_frente_para_a_floresta.pdf. Acesso em: 09 mar. 2024.

ADEODATO, S. Retratos setoriais: Bioeconomia. 2021. Disponível em: <<https://concertacaoamazonia.com.br/wp-content/uploads/2021/06/Retrato-setorial-sobre-Bioeconomia.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14, 1996.

BECKER, B. K. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. Organizadores: Elimar Pinheiro do Nascimento e João Nildo Vianna. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BECKER, B. K. Modelos e Cenários para a Amazônia: Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parceria Estratégica*, n° 12, set. 2001.

BECKER, B. K. Proposta de política de ciência e tecnologia para a Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, v.19, p.47-55, 2007. Disponível em: http://seer.cgeeg.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/246. Acesso em: 18 jul. 2023.

BECKER, B.; STENNER, C. Um Futuro para a Amazônia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. Série “Inventando o futuro”. 150 p.

BID. Bioeconomia da sociobiodiversidade do estado do Pará. Brasília- DF, 2021. Disponível em: file:///c:/users/miche/downloads/projeto_amazonia_bioeconomia-2.pd. Acesso em: 20 mar. 2024.

CONAB. Política de garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio>. Acesso em: 17 mar. 2024

EL-CHICHAKLI, B.; VON BRAUN, J.; LANG, C.; BARBEN, D.; PHILP, J. Policy: five cornerstones of a global bioeconomy. *Nature*, v. 535, n. 7611, p. 221-223, July 2016.

FEDERWISH, F.; ZOLLER, H. *Technologie nouvelle et ruptures regionales*. Paris: Economica, 1986.

GAROFOLI, G. Les Systèmes de petites entreprises: un cas paradigmatique de développement endogène. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.). 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3502139>. Acesso em: 18 fev. 2023.

JORNADA AMAZÔNIA. Bioeconomia: capacidade amazônica: o potencial da bioeconomia para o desenvolvimento dos negócios. 2023. Disponível em: <https://jornadaamazonia.org.br/capacidade-amazonica-o-potencial-da-bioeconomia-para-o-desenvolvimento-dos-negocios/#:~:text=Segundo%20estimativas%20do%20Banco%20Mundial,de%20exploração%20atual%20do%20bioma>. Acesso em: 10 mar. 2024.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. Rethinking social development theory, research and practice. England, Longman Scientific & Technical, 1994, pp. 62-90.

LONG, N. Development sociology: actor perspectives. London and New York: Routledge, 2001. 293 p.

MONTEIRO NETO, A.; COSTA, M. A.; RESENDE, G. M.; MENDES, C. C.; GALINDO, E. P. Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Orgs.). Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

OLIVEIRA, J.; SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (org.). Cidades da Floresta. Annablume, 2009.

PORTUGAL, R. S. O planejamento e o financiamento do desenvolvimento regional na Amazônia. XVII ENAPUR. São Paulo, 2017.

SILVA, J. N. P. da. O processo de urbanização na Amazônia: destacando as cidades dos notáveis, cidades-empresas, cidades rodovias e as cidades tradicionais. SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos – UFAM ISSN (impresso): 1518-4765 / ISSN (eletrônico): 2316-4123, ano 19, n. 1. jan/jun. 2015.

SILVA, M. Bioeconomia: uma alternativa para o desenvolvimento da Amazônia. In: Política ambiental brasileira. Caderno Adenauer. Ano XXIV, 2023. Disponível em: <https://www.kas.de/pt/web/brasilien/cadernos-adenauer/detail/-/content/politica-ambiental-brasileira-renovacao-e-desafios>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, M.; REZENDE, L. Bioeconomia e o futuro do desenvolvimento do Brasil e da Amazônia. In: Open Science Research VI. 2022. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/artigos/bioeconomia-e-o-futuro-do-desenvolvimento-do-brasil-e-da-amazonia>. Acesso em: 17 mar. 2024.

VIANA, V. et al. Reforma Tributária, Zona Franca de Manaus e Sustentabilidade: é hora de evolução. Manaus: FAS. 2020. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/zona-franca-de-manaus/>. Acesso em: 15 set. 2023.